

Ensaaios & Debates

Impactos dos Interesses Petrolíferos nas Relações Comerciais China-África¹

Marina Gusmão de Mendonça²

Nas últimas décadas, o crescimento da economia chinesa tem sido alvo de constantes estudos e análises. Isto se deve ao fato de que, assim como a China se tornou a manufatura do mundo e um dos principais destinos de investimentos estrangeiros, a manutenção do crescimento do país demanda, cada vez mais, suprimentos seguros e permanentes de matérias-primas e energia. Do mesmo modo, o aumento contínuo da produção industrial requer mercados cada vez mais amplos.

Considerando essas questões, o governo chinês vem desenvolvendo estratégias e políticas voltadas à garantia da manutenção do crescimento econômico. Para tanto, o abastecimento permanente de energia, inclusive petrolífera, é fundamental. Por isto, desde 1993, a China passou da condição de exportadora de petróleo para a de importadora, e a busca por novas fontes de fornecimento se tornou vital.

A instabilidade do mercado mundial de petróleo e os problemas geopolíticos que afetam a maior zona produtora do planeta – ou seja, o Oriente Médio –, levou as autoridades chinesas a procurar novas áreas de abastecimento, inclusive em regiões antes relegadas ao segundo plano pelas grandes empresas petrolíferas do Ocidente. É este, exatamente, o caso da

¹ Este texto foi apresentado no I Seminário Iberoamericano de Estudios Asiáticos y Latinoamericanos, realizado na Universidade Nacional de Cuyo, em Mendoza, Argentina, entre os dias 27 e 28 de novembro de 2009.

² Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília; Professora Titular licenciada de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *Progresso e Autoritarismo no Brasil* (Pensieri, 1992), *O Demolidor de Presidentes* (Códex, 2002), *Histórias da África* (LCIE, 2008) e *Formação Econômica do Brasil* (Thomson, 2002), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires; atualmente desenvolve a pesquisa intitulada “A Trajetória Intelectual de Josué de Castro (1930/1973)” no Programa de Pós-Doutorado da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, sob a supervisão do Prof. Dr. Tullo Vigevani. (Endereço eletrônico: marinamendonca@uol.com.br).

África, cujas jazidas são estimadas em cerca de 8% do total disponível no globo, sendo que o continente responde, atualmente, por 11% da produção mundial³.

Diante disso, a estratégia do governo chinês tem sido a de se aproximar dos governos africanos, notadamente daqueles países com grandes recursos naturais, principalmente petróleo, no intuito de garantir fornecimento para a China. Em troca, oferece empréstimos e financiamentos para a construção de infra-estrutura, além de apoio tecnológico em vários setores. Também a ajuda médica e educacional tem sido constante moeda de troca entre os governos da China e dos países da África. Por último, não se pode esquecer que o continente africano constitui um imenso mercado para as manufaturas baratas chinesas.

Todos esses fatores levaram ao desenvolvimento, por parte das autoridades de Pequim, de uma estratégia de estreita aproximação com a África, de que a organização do *Fórum de Cooperação China-África* (FOCAC), a partir de 2000, é a manifestação mais evidente.

Evolução das relações diplomáticas e comerciais entre China e África (1949-1989)

A vitória da Revolução Chinesa, em 1949, introduziu um novo elemento no mundo criado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em que as duas grandes potências vitoriosas no conflito – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) – passaram a disputar a hegemonia econômica e política do planeta. Num primeiro momento, a Revolução Chinesa parecia vir fortalecer o campo socialista sob hegemonia soviética e, na década de 1950, o país efetivamente se alinhou com a URSS. Nessa época, os únicos parceiros políticos da China eram a própria URSS e as nações socialistas da Ásia e do Leste Europeu.

Todavia, a necessidade de desenvolver o país e a busca por uma política que pudesse contribuir para promover a revolução socialista no mundo levaram o governo de Pequim a divulgar, em 1954, um documento intitulado *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, que preconizava as linhas para o estabelecimento de relações com as nações recém-independentes da Ásia e da África, a saber: 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência em assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica⁴.

³ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith. Africa and China: a strategic partnership? *African Studies Center*. Leiden, 2006, p. 15 (disponível em: <http://www.africanstudies.nl/Pdf/wp67.pdf> - acesso em 10/10/2009).

⁴ Veja-se: HONG-MING, Zhang. *A política chinesa na África*, p. 2 (disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/china/10.rtf> - acesso em 9/10/2009).

Essa estratégia ganhou impulso durante a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, quando representantes de trinta e três países asiáticos e africanos fixaram os princípios norteadores daquele que ficou conhecido como *Movimento dos Países Não-Alinhados*. A seguir, em 1956, o governo egípcio, liderado por Gamal Abdel Nasser, estabeleceu relações diplomáticas com a China. A partir de então, as autoridades chinesas se voltaram para uma política efetiva em relação à África, baseada em dois objetivos: 1) empenho em estabelecer relações com países recém-independentes; e 2) apoio ao processo de descolonização do continente. A justificativa era que China e África mantinham uma história comum de luta contra o colonialismo ocidental.

A partir do início da década de 1960, e especialmente depois da Revolução Cultural, a China construiu uma política externa cada vez independente, passando a lutar contra aquilo que denominou dupla hegemonia, que seria exercida pelos EUA e pela URSS. Dentro dessa perspectiva, o governo chinês procurou organizar uma frente internacional, na qual os países subdesenvolvidos constituiriam a principal força na luta contra a hegemonia norte-americana e soviética. E, com o objetivo de se aproximar das nações africanas, em 1963, Chou-En-lai, Primeiro-Ministro chinês, realizou uma visita a dez países do continente, durante a qual proclamou os cinco princípios que passariam a embasar as relações sino-africanas: 1) apoio aos povos da África na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo; 2) adoção de uma política de paz, neutralidade e não-alinhamento; 3) apoio às aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha; 4) respeito à soberania dos países africanos; e 5) luta contra agressões e intervenções estrangeiras⁵. Essa posição seria fortalecida em 1964, quando a França estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC). Tal fato possibilitou dissipar eventuais resistências nas ex-colônias francesas na África.

Em 1971, a China obteria uma grande vitória internacional, com a expulsão de Taiwan da Organização das Nações Unidas (ONU) e a integração da RPC nos quadros daquele organismo, inclusive como membro permanente do Conselho de Segurança e, conseqüentemente, com poder de veto. Para esse resultado contribuiu enormemente o fato de os países africanos deterem cerca de 1/3 dos votos na Assembléia Geral da ONU.

A partir de então, a China adotaria uma política de reaproximação com os EUA, tendo em vista que o Partido Comunista Chinês (PCC) passou a considerar a URSS como a verdadeira inimiga. Nesse sentido, o governo de Pequim começou a fornecer armas e

⁵ Idem, p. 7.

treinamento militar para diversas organizações de libertação de países africanos, notadamente das colônias portuguesas, com vistas a contrabalancear a política soviética no continente.

O fortalecimento das relações sino-africanas (1989-2009)

Depois da morte de Mao-Tsé-Tung, em 1976, as novas diretrizes adotadas pelo PCC, voltaram-se para a modernização do país. Isto levou as autoridades de Pequim a redefinir sua estratégia diplomática, com o objetivo de construir um contexto internacional pacífico, no qual fosse possível dar prioridade aos interesses do Estado chinês. A partir de então, o governo adotou uma política externa pragmática, baseada em três princípios: 1) manutenção da independência e da autonomia; 2) defesa da paz; e 3) busca de um desenvolvimento comum⁶. No que diz respeito à África, a estratégia fundamental seria a de despolitizar as relações, dando-se ênfase à cooperação e aos intercâmbios comerciais.

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, e as conseqüentes mudanças ocorridas na conjuntura internacional, o governo chinês buscou estabelecer relações com todos os países do mundo. A característica fundamental da diplomacia chinesa passaria a ser, então, a abertura externa como política de Estado, cujos objetivos seriam: 1) promoção de intercâmbios; 2) cooperação comercial, econômica, científica, tecnológica e cultural; 3) vantagens recíprocas; e 4) resolução de problemas históricos por meio de negociações pacíficas.

Para que esses objetivos pudessem ser alcançados foi de fundamental importância o papel exercido nos organismos internacionais pelos países africanos. Isto porque, após os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, em 1989, a China se tornou alvo de intensas pressões ocidentais, principalmente no que se refere à questão dos direitos humanos. Nesse sentido, os votos dos representantes africanos na ONU contribuíram para relaxar aquelas pressões. A tentativa de contornar tais sanções ocidentais foi um dos motivos que fez com que o governo chinês, a partir do início da década de 1990, procura-se diversificar seus mercados, o que o levou a impulsionar suas relações com a África. Foi com esta finalidade que o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica elaborou, em 1993, um plano para exploração dos mercados africanos, passando a estimular empresas chinesas a participarem do comércio e a aumentarem seus investimentos naquele continente.

⁶ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política africana da China*, p. 4 (disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/674760.pdf> - acesso em: 9/10/2009).

Nessa ocasião – e como já mencionado –, outra questão surgia no horizonte do desenvolvimento econômico chinês: o fato de o país ter passado, em 1993, da condição de exportador para a de importador de petróleo. Diante disso, o governo decidiu reorganizar as fontes fornecedoras de energia, baseando-se em duas alternativas: 1) a expansão do uso de gás natural, recorrendo às jazidas domésticas e às de países vizinhos; e 2) o ingresso na corrida mundial por suprimentos de petróleo, buscando acordos com nações detentoras de grandes reservas, especialmente aquelas em que as principais empresas petrolíferas internacionais tivessem dificuldades para se implementar. E isto ocorria em diversos países africanos.

Dessa forma, em 1995, Zhu Rongji, Ministro da Economia da China, realizou uma visita à África e organizou a Conferência Nacional de Trabalho para Reforma da Assistência a Países Estrangeiros. O resultado imediato foi a criação, em 1996, de Centros para Investimento e Comércio em dez países africanos. E, no ano seguinte, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica convocaria a primeira conferência nacional sobre cooperação econômica e comercial com a África. Finalmente, em outubro de 2000, seria realizado, em Pequim, o *I Fórum de Cooperação China-África* (FOCAC), durante o qual o governo chinês anunciou a decisão de reduzir ou cancelar dívidas de países africanos no montante de US\$ 1,2 bilhão, ampliando ainda a parcela do continente na assistência externa chinesa⁷.

Saliente-se que, ao organizar o FOCAC, a China tinha, como objetivo fundamental, garantir fornecimento de matérias-primas para sustentar seu próprio desenvolvimento econômico. Porém, do ponto de vista africano, a posição chinesa é extremamente atraente. De fato, os países do continente nutrem grandes ressentimentos em relação ao Ocidente, não apenas pelo passado colonial, mas pelo fato de que, nas últimas décadas, e em função da predominância do neoliberalismo, houve retração dos investimentos e da ajuda para o desenvolvimento do continente. A tendência dos antigos doadores ocidentais, desde o início da década de 1990, tem sido a de condicionar o auxílio a mudanças políticas e econômicas nos países receptores. Diante disso, os governos africanos passaram a buscar outras fontes de recursos que possam contribuir para a manutenção da estabilidade e independência dos regimes. A China tem se colocado, desde então, como uma parceira econômica de primeira ordem. Afinal, este país tem mostrado um comportamento diverso daquele adotado pelo Ocidente, aceitando, entre outros, realizando acordos com os governos do Zimbábue, da

⁷ Veja-se: HONG-MING, Zhang, op. cit., p. 24.

República Centro-Africana e do Sudão, nações que sofrem graves restrições por parte do Ocidente e dos organismos financeiros internacionais, nas décadas de 1990 e 2000.

O resultado tem sido um aumento impressionante do volume de negócios entre a China e a África. Para se ter uma idéia desse crescimento, basta lembrar que, em 1999, o valor total do comércio sino-africano era de U\$ 2 bilhões, passando para U\$ 29,6 bilhões em 2004⁸, U\$ 40 bilhões em 2005⁹, e U\$ 55,5 bilhões em 2006, enquanto, neste mesmo ano, as exportações da África para a China atingiram U\$ 28,8 bilhões¹⁰. No que diz respeito à evolução das relações econômicas entre as duas partes, entre 1979/2004, a China investiu cerca de U\$ 925 milhões no continente¹¹, sendo que, em 2004, dos U\$ 15 bilhões de investimentos externos na África, cerca de U\$ 900 milhões eram chineses¹².

Também os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam para um crescimento muito acentuado dos investimentos chineses na África nos últimos anos. De fato, se na segunda metade da década de 1990 o valor era estimado em U\$ 107 milhões ao ano, entre 2003 e 2006 passou para U\$ 2,6 bilhões ao ano¹³. Assim, estudos do Banco Mundial (BIRD) mostram que os recursos chineses atingiram 10% do total de investimentos diretos estrangeiros na África.¹⁴ E, de acordo com o *China-Africa Business Council*, atualmente a China é o terceiro maior parceiro comercial da África, atrás apenas dos Estados Unidos e da França, mas à frente da Grã-Bretanha. Apesar disso, em 2005, a participação da África no comércio total chinês ainda era muito pequena (cerca de 3%), embora o crescimento tenha sido de 535% desde 1995¹⁵.

Outro aspecto a ressaltar diz respeito às características do investimento chinês na África. Com efeito, das cerca de 800 empresas instaladas no continente, aproximadamente 100 são estatais¹⁶, reunindo os maiores recursos. Os financiamentos são oferecidos pelo *China Development Bank* (CDB) e pelo *China Export and Import Bank* (Exim Bank), ambos estatais.

⁸ Veja-se: TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*. v. 82, nº 5, 2006, p. 937.

⁹ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹⁰ Veja-se: ASHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007, p. 78

¹¹ Veja-se: NIQUET, Valérie. *China's african strategy*, p. 6 (disponível em: <http://www.diplomatic.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet.ANG.pdf> - acesso em: 10/10/2009).

¹² Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹³ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas (nota técnica). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, p. 9 (disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas22.pdf> - acesso em: 9/10/2009).

¹⁴ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 12.

¹⁵ Veja-se: NIQUET, Valérie, op. cit., p. 4.

¹⁶ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F., op. cit., p. 9.

Finalmente, destaque-se que apenas cinco países recebem a maior parte desses investimentos: Argélia, Nigéria, África do Sul, Zâmbia e Sudão.

O *Exim Bank*, criado em 1994, se tornou a principal instituição financiadora das empresas chinesas no exterior. Seu maior objetivo é promover exportações e investimentos. O crescimento das operações foi muito acentuado e, já em 2005, suas atividades eram maiores que as de agências norte-americanas, inglesas e japonesas. Naquele ano, os créditos oferecidos pelo *Exim Bank* se estenderam também a projetos desenvolvidos na África. Para tanto, em 2006, o governo chinês divulgou um documento intitulado “*Política Africana*”, por meio do qual encorajava e oferecia suporte para empresas com investimentos e negócios no continente.

Ao mesmo tempo, anunciou diversos projetos a serem financiados pelo *Exim Bank*, a saber: 1) empréstimo de U\$ 1,2 bilhão para Gana; 2) U\$ 2,3 bilhões de financiamento para Moçambique, para construção da represa de Mepanda Nkua e da planta de uma hidrelétrica, além de U\$ 300 milhões para a represa de Moamba-Major; 3) U\$ 1,6 bilhão para um projeto petrolífero na Nigéria; 4) U\$ 200 milhões para a construção do primeiro satélite de comunicação da Nigéria; 5) linha de crédito de U\$ 2 bilhões para Angola, com possibilidade de outra, no montante de U\$ 9 a 10 bilhões; e 6) empréstimos e créditos para exportação no Congo-Brazzaville, no Sudão e no Zimbábue¹⁷. Ademais, a China está procurando abrir seu mercado interno para a África, reduzindo tarifas de vários produtos (em 2009, devem passar de 190 para 440)¹⁸.

Em resumo, em setembro de 2006, o *Exim Bank* travava contatos com 39 países africanos, possuindo 259 projetos do continente em seu portfólio. Os projetos para o setor de energia correspondiam a 40% dos acordos, seguidos de 24% destinados a múltiplos setores, 20% para transportes, 12% para telecomunicações e 4% para projetos aquáticos¹⁹. Durante a cúpula da FOCAC, realizada em Pequim, em 2006, o presidente chinês, Hu Jintao, anunciou a liberação de U\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais, e mais U\$ 2 bilhões para importadores africanos em três anos. A seguir, em maio de 2007, o *Exim Bank* se comprometeu a conceder cerca de U\$ 20 bilhões para a África, até 2010 (apenas para efeito de

¹⁷ Veja-se: MOSS, Todd; ROSE, Sarah. *China Exim Bank and Africa: new lending, new challenges*. Center for Global Development: Washington, D.C., Nov/2006, p. 1 (disponível em: <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/DOC22802.pdf> - acesso em: 10/10/2009).

¹⁸ Veja-se: ASHAN, Li, 2007, op. cit., p. 79.

¹⁹ Veja-se: BOSSHARD, Peter. China's environmental footprint in Africa. *Working Papers in African Studies*, p. 3 (disponível em: <http://www.sais-jhu.edu/academics/regional-studies/africa.pdf/BosshardWorkingPaper.pdf> - acesso em 10/10/2009).

comparação, em 2006 o BIRD aprovou apenas U\$ 4,8 bilhões para o continente). Finalmente, no mesmo mês, o CDB anunciou a criação de um Fundo Sino-Africano para o Desenvolvimento, com o objetivo de garantir investimentos em infra-estrutura, agricultura e manufatura²⁰.

Como se vê, a expansão comercial da China na África tem sido muito acentuada. Como salientou Ian Taylor, o principal interesse chinês no continente é o mercado de petróleo, embora não seja o único, uma vez que o país necessita de matérias-primas de todo tipo, especialmente cobre, bauxita, urânio, alumínio, manganês e minério de ferro²¹.

A política chinesa em relação ao petróleo africano

Em 1993, diante do fim da auto-suficiência em petróleo, a China assinou com o Peru o primeiro contrato de fornecimento externo do produto, seguindo-se outros acordos, primeiramente com a Venezuela e, depois, com países da Ásia, notadamente o Irã. E, a partir de 1998, as autoridades chinesas procurariam racionalizar a maior parte das operações das empresas estatais de petróleo, submetendo-as à regulamentação da Administração Nacional de Energia.

Assinale-se que, do ponto de vista da estratégia do governo chinês, essas medidas eram absolutamente necessárias, tendo em vista que o crescimento da demanda tem sido exponencial, como se constatou em 2003, quando a China ultrapassou o Japão como segundo maior consumidor de petróleo do mundo. Entre 1995/2005, o consumo do país dobrou, atingindo cerca de 6,8 milhões de barris/dia. Conforme dados da *US Energy Information Administration*, a demanda chinesa deve crescer 130% até 2025 (12,8 milhões de barris/dia) e, segundo a Agência Internacional de Energia, em 2030 as importações de petróleo do país serão equivalentes às norte-americanas. Por fim, a previsão para 2010 é de que 45% da demanda chinesa por petróleo seja atendida por importações²².

Esse crescimento exponencial do consumo de petróleo levou ao impulso verificado recentemente no comércio sino-africano. Com efeito, no caso da África, o governo chinês passou a desenvolver uma diplomacia voltada eminentemente para a obtenção de petróleo, cujas principais metas são: 1) no curto prazo, assegurar o fornecimento para garantir a manutenção do crescimento econômico; e 2) no longo prazo, colocar a China como país

²⁰ Idem, p. 4.

²¹ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 938.

²² Idem, p. 943.

influyente no mercado internacional de petróleo. Dessa forma, foram estabelecidos contratos com diversos países, especialmente Sudão, Angola e Argélia, onde passaram a atuar as três maiores empresas petrolíferas chinesas, todas estatais: *China National Petroleum Corporation* (CNPC), *China Petroleum and Chemical Corporation* (SINOPEC), e *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC).

Das três, a maior delas é a CNPC. Fundada em 1988, desde 1993 a empresa opera no mercado externo, tanto na exploração e na produção de gás e petróleo como, também, no transporte de combustível. A companhia atua em todos os campos de exploração, desenvolvimento, refino, química, prospecção, perfuração, produção de testes e engenharia do setor. Com subsidiárias principalmente no Oriente Médio, na Ásia e na África, detém U\$ 6 bilhões de ativos e 22 mil empregos no exterior²³, sendo responsável por 66% do fornecimento de petróleo e gás para a China, e com 42% da capacidade de refinação do país²⁴. Já a SINOPEC, é responsável por 23% da produção de petróleo, 11% da produção de gás e 54% da capacidade de refinação²⁵. Quanto à CNOOC, foi fundada em 1982, e opera na exploração e produção de petróleo em alto-mar.

A estratégia das petrolíferas chinesas tem sido a de adquirir fontes de fornecimento estrangeiras por meio de contratos de longo prazo e da compra de estabelecimentos ligados à indústria de energia por todo o mundo. No caso da África, a China procura se estabelecer principalmente nos países onde não atuam empresas européias e norte-americanas. O sucesso desta investida decorre do fato de as petrolíferas chinesas serem estatais, o que lhes permite cobrir ofertas de eventuais competidores e aceitar contratos de longo prazo na maior parte dos acordos com os países africanos. Isto, evidentemente, não é possível para as empresas ocidentais, que têm de considerar os lucros e a sua partilha. Por outro lado, o interesse da China pelo petróleo africano levou-a até mesmo a abandonar a única exigência que fazia aos seus fornecedores: não manter relações diplomáticas com Taiwan. Prova disso é o contrato assinado com o Chade, em 2003, pelo qual o governo chinês se comprometeu a construir um oleoduto ligando a área produtora do país aos Camarões.

Tendo em vista essa estratégia, os contratos de exploração petrolífera na África se sucedem. Assim, em 2002, a SINOPEC assinou um acordo de U\$ 525 milhões para a exploração do campo de Zarzaitine, na Argélia. Em 2003, a CNPC comprou refinarias

²³ Veja-se: ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F., op. cit., p. 6.

²⁴ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 941.

²⁵ Idem, ibidem.

argelinas por U\$ 360 milhões, e firmou um contrato para explorar petróleo em dois blocos, ao mesmo tempo em que a *PetroChina* estabeleceu acordo com a *Algeria's Hydrogen Carbide* para desenvolvimento de campos e a construção de uma refinaria. Em 2004, a *Total Gabon* assinou contrato com a *SINOPEC*, pelo qual o petróleo gabonês será vendido para a China. E, no ano seguinte, novos acordos foram firmados: Angola recebeu um empréstimo de U\$ 2 bilhões, em troca de contratos sobre petróleo, a *PetroChina* e a *Nigerian National Petroleum Corporation* acertaram uma aquisição de 30 mil barris/dia de óleo cru, no valor de U\$ 800 milhões, e foi anunciada a intenção chinesa de explorar manganês, petróleo e ouro na Costa do Marfim, onde a *SINOPEC* já possui investimentos num campo na costa, controlando 27% do bloco.

No ano de 2006, foram firmados diversos outros acordos: primeiramente, a *CNOOC* aceitou pagar U\$ 2,3 bilhões pela demarcação de um campo de petróleo e gás na Nigéria, além de assinar contrato para exploração de seis blocos na costa do Quênia, numa extensão de 44.500 milhas quadradas de norte a sul do país, e outro de U\$ 4 bilhões por licenças de exploração na Nigéria. Ademais, a *SONANGOL* anunciou uma concessão à *SINOPEC*, pela qual esta última adquiriu o direito de demarcar 40% do bloco número 18, em troca de uma ajuda de U\$ 1 bilhão para o governo angolano e mais investimentos de U\$ 1,4 bilhão.

Também em 2006, as empresas petrolíferas chinesas divulgaram a assinatura de contratos de exploração marítima no Congo-Brazzaville. Anunciaram, ademais, o começo das atividades no norte da Namíbia, onde pretendem instalar uma refinaria. De outra parte, a Nigéria comunicou que daria direito de prioridade de recusa à *CNPC* em quatro blocos, em troca de um compromisso de investimento de U\$ 4 bilhões em infra-estrutura. Pelo acordo, a China adquiriria o controle da refinaria de Kaduna, com capacidade para 110 mil barris/dia, em troca da construção de uma ferrovia e de estações de transmissão de energia.

Ainda em 2006, a *Zhongyuan Petroleum Company* iniciou a exploração na bacia de Gambella, no oeste da Etiópia, ao mesmo tempo em que começaram os estudos para a formação de *joint-ventures* em Madagáscar, com o objetivo de explorar reservas recém-descobertas. Finalmente, a *SINOPEC* e a *CNPC* adquiriram direitos de perfuração num campo no Sudão, por U\$ 600 milhões²⁶.

Diante dessas investidas, a diplomacia ocidental tem criticado veementemente a postura chinesa de fazer acordos com diversos países da África, considerados “Estados-párias”, integrantes do “eixo do mal” e “arcos de extremismo”. Sobre isto, o Embaixador

²⁶ Sobre esses acordos, veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., pp. 944-945.

chinês na Eritreia rebateu: “*Não há Estados-párias. A China foi classificada como tal no passado, e outros governos não deveriam criticá-la*”. De qualquer forma, a propósito desse debate, é significativa a declaração do Embaixador de Serra Leoa na China. Segundo ele, “*os chineses simplesmente vêm e fazem. Não exigem nada sobre impacto ambiental, direitos humanos, boa e má governança*”. E acrescentou: “*Eu não estou dizendo que está certo, apenas que os investimentos chineses estão sendo bem sucedidos porque não há altas exigências*”²⁷.

Embora a China tenha se tornado, em 2004, o segundo maior importador de petróleo da África, atrás apenas dos EUA, é preciso ressaltar que o valor comercial dos investimentos das empresas petrolíferas chinesas no continente atinge apenas 8% do valor comercial combinado das empresas ocidentais atuantes no petróleo africano, e cerca de 3% do que todas as companhias petrolíferas investem no continente. E as empresas chinesas produzem menos óleo e gás que as ocidentais²⁸. Por outro lado, em 2006, a exportação total das petrolíferas chinesas foi de 267 mil barris/dia, correspondentes a 1/3 da produção da *Exxon Mobil*, maior empresa estrangeira na África, que extraiu cerca de 780 mil barris/dia, e 7% daquilo que a maior companhia do continente – *Sonatrach* – obteve, ou seja, 4,1 milhões de barris/dia. De todo modo, os interesses chineses estão apoiados nas grandes reservas comprovadas que a África possui de petróleo: entre 1996/2006, esses recursos se elevaram 56%, em comparação com os 12% do restante do mundo, e as projeções indicam que até 2010 a África Ocidental responderá por 38% do crescimento da produção global²⁹.

Seja como for, para se ter uma idéia do sucesso dessa política, em 2005 a China comprava 38 milhões de toneladas de petróleo da África, correspondentes a 30% de suas importações³⁰. De outra parte, a demanda chinesa por petróleo provocou o aumento dos preços internacionais que, entre 2001/2006, subiram de U\$ 26 para U\$ 66/barril. Isto proporcionou mais recursos para os Estados produtores africanos, levando a um crescimento econômico do continente de 4,5%, em 2004³¹. Assinale-se também que os principais exportadores de petróleo da África – Argélia, Líbia, Nigéria e Sudão – detinham, em 2004, aproximadamente 54% do total de investimentos chineses no continente³². E os maiores

²⁷ Apud TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 946 (tradução nossa – MGM).

²⁸ Veja-se: DOWNS, Erica S. The fact and fiction of sino-african energy relations. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007, p. 44.

²⁹ Idem, p. 45.

³⁰ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 10.

³¹ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 951.

³² Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 26.

fornecedores de petróleo para a China – e também os maiores beneficiários dessa política - são Angola e Sudão, que exportam 25% e 60%, respectivamente, de sua produção para aquele país³³.

A questão do petróleo em Angola e no Sudão

Depois da destruição provocada por quase 30 anos de guerra civil, Angola é, atualmente, o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, e suas reservas são estimadas em 12,3 bilhões de barris. Para se ter uma idéia da importância do petróleo na economia angolana, basta lembrar que, em 2007, correspondia a 55% do PIB, 90,3% das exportações, 78,6% das receitas fiscais e 80,1% das receitas totais³⁴.

Esta circunstância tem sido considerada fundamental para a reconstrução do país. A China tem aí um papel indiscutível, pois se tornou uma alternativa de financiamento. Com efeito, em 2004, o governo angolano procurou negociar um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de reconstruir a nação. Todavia, o organismo fez severas exigências em relação à adoção de medidas de austeridade e transparência. Quando o acordo estava em vias de ser assinado, as autoridades de Luanda anunciaram que não tinham mais interesse no mesmo. Na verdade, haviam recebido uma proposta do *Exim Bank* chinês, pelo qual a instituição oferecia um empréstimo de U\$ 12 bilhões, com juros de 1,5% ao ano e prazo de 17 anos para pagamento, em troca de um suprimento de 10 mil barris/dia de petróleo cru, volume que seria elevado posteriormente para 40 mil barris/dia. Além disso, oferecia também contratos para a realização de obras de infra-estrutura³⁵. A única condição era que os primeiros U\$ 2 bilhões liberados fossem aplicados no desenvolvimento de projetos em que 70% das obras ficassem a cargo de empresas chinesas. O resultado foi que, entre 2001/2006, a produção de petróleo de Angola quase dobrou, elevando-se de 742 mil barris/dia para 1,4 milhão de barris/dia³⁶.

No caso do Sudão, anteriormente importador de petróleo, os investimentos chineses transformaram o país em exportador do produto. Em 2005, aproximadamente 10 mil chineses trabalhavam no Sudão³⁷, sendo que 4.000 destes eram guardas chineses não uniformizados

³³ Veja-se: NIQUET, Valérie, op. cit., p. 5.

³⁴ Veja-se: ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*. nº 10, fev/2007.p. 61.

³⁵ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 947.

³⁶ Veja-se: DOWNS, Erica S., 2007, op. cit., pp. 56-57.

³⁷ Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 17.

contratados para garantir os interesses econômicos daquele país³⁸. No entanto, cabe assinalar a aparente despreocupação da China com o fato de o Sudão integrar a lista negra dos EUA. Para os chineses, além de uma fonte segura de abastecimento de petróleo, a ajuda ao governo sudanês lhes garante simpatia dos demais Estados africanos.

Atualmente, a China é o maior investidor estrangeiro no Sudão, sendo o total desses recursos estimado em US\$ 4 bilhões³⁹, e sua política se baseia em critérios exclusivamente econômicos. De fato, além dos investimentos na indústria petrolífera, o governo chinês tem lucrado com a venda de aviões militares e armamentos para o Sudão. Contudo, é preciso assinalar que os recursos oferecidos pela China têm contribuído para melhorar a infra-estrutura do país, propiciando a construção de escolas e hospitais, e desenvolvendo projetos de abastecimento de água, além do fornecimento de US\$ 10 milhões em ajuda humanitária⁴⁰.

Somente no que diz respeito à produção de energia, é preciso destacar que a China se responsabilizou pela construção da Usina de Meroé, ao custo de US\$ 2 bilhões. A usina terá capacidade para a geração de 1.250 megawatts, dobrando o fornecimento no país e garantindo o abastecimento das cidades de Cartum, Port Sudan e Dongola⁴¹. Aí também, como em Angola, a China está sendo uma alternativa de financiamento para o governo, tendo em vista que, desde o fim da década de 1990, as autoridades sudanesas haviam tentado obter financiamento também no Canadá, na Malásia, na Europa e em países árabes, que negaram ajuda em virtude do atraso no pagamento de juros de empréstimos anteriormente concedidos pelo BIRD e pelo FMI. Por outro lado, a França rejeitou apoio em decorrência dos impactos ambientais e sociais do projeto da usina. Diante disso, a China concordou em financiá-la em 2002. As empresas responsáveis pela obra são a *China International Water and Electric Corporation* e a *China National Water Resources and Hydropower Engineering Corporation*, que atuam em conjunto com companhias sudanesas, alemãs, francesas e suíças.

Quanto aos interesses petrolíferos, a *CNPC* se tornou parceira num consórcio para desenvolvimento da produção de petróleo no Sudão, desde meados da década de 1990. O braço da empresa na construção civil ajudou a erguer um oleoduto de 932 milhas até o Mar Vermelho, com custos de US\$ 15 bilhões⁴², além de uma refinaria perto de Cartum. Ademais, a

³⁸ Veja-se: OLIVEIRA, Amaury Porto de, op. cit., p. 10.

³⁹ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 949.

⁴⁰ Veja-se: ASHAN, Li, 2007, op. cit., p. 77.

⁴¹ Veja-se: BOSSHARD, Peter, op. cit., p. 6.

⁴² Veja-se: VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 17.

Petroleum Engineering Construction Group está construindo um terminal de exportação em Port Sudan, ao custo de US\$ 215 milhões, bem como um oleoduto entre os campos e o porto⁴³.

Atualmente, a CNPC detém o controle de 40% da *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC), uma *joint-venture* com a *Malaysia's Petronas*, a *India's ONGC* e a *Sudan's Sudapet* que se constitui, hoje, na maior empresa sudanesa. A parcela chinesa no projeto é de cerca de 150 mil barris/dia. O campo explorado cobre cerca de 50 mil milhas quadradas na região sul do país, e a produção deve chegar a 15 milhões de toneladas/ano de óleo cru, sendo as reservas comprovadas de 220 milhões de toneladas⁴⁴.

Considerações finais

Desde o início da década de 1990, o grande crescimento das relações comerciais sino-africanas e o volume dos investimentos chineses no continente, que se acentuaram marcadamente a partir de 2000, vêm mudando a face da África. Devido a este fato os países africanos têm, agora, mais acesso a manufaturados baratos, e conquistaram um mercado seguro para exportações, notadamente de produtos primários.

No caso do petróleo, os interesses da China são claros: garantir abastecimento para a continuidade do crescimento econômico e, no futuro, assumir capacidade de intervenção no mercado mundial de óleo. Tendo em vista esses objetivos, o governo chinês desenvolve uma política agressiva, estabelecendo contratos com diversos países do mundo, inclusive da África. Para isto, não atenta para às críticas ocidentais e às pressões e boicotes estabelecidos por organismos internacionais. Para a China, a questão do abastecimento de petróleo é estratégica, e as autoridades do país não tecem grandes considerações éticas, morais, humanitárias e ambientais antes de assinar os acordos. Como assinalou Zhou Wenzhong, representante do Ministério do Exterior da China, a propósito dos contratos assinados com o governo do Sudão: “*negócios são negócios. Nós tentamos separar política de negócios. Penso que a situação interna do Sudão é um assunto interno*”⁴⁵.

Por outro lado, o fato de as empresas petrolíferas chinesas serem estatais garante ao país vantagens nas negociações, o que se mostra inviável para as companhias ocidentais, que têm de se preocupar com lucros e com distribuição de dividendos entre os acionistas. Em face disso, só resta ao Ocidente reclamar.

⁴³ Veja-se: TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 950.

⁴⁴ Idem, p. 949.

⁴⁵ Apud TAYLOR, Ian, 2006, op. cit., p. 950 (tradução nossa – MGM).

Já do ponto de vista africano, a posição chinesa é extremamente atraente, conforme se pode ver das palavras de Thabo Mbeki, Presidente da África do Sul, em visita à China, em 2001. Segundo ele,

“O mundo e todos nós somos definidos pela divisão entre ricos e pobres, os que têm e os que não têm, os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esta é a diferença entre os países do Norte e do Sul. Com a China, nós somos normalmente definidos como pertencendo ao Sul”⁴⁶.

O entusiasmo dos chefes de Estado e representantes de países da África durante a cúpula do FOCAC, realizada em 2006, em Pequim, era patente. De fato, para Sikatana, Ministro do Exterior de Zâmbia, “o melhor que podemos fazer é agir como os chineses”⁴⁷. Já Meles Zinawi, Primeiro-Ministro da Etiópia, afirmou:

“Sentimo-nos bem diante do aumento da influência da China na África. Para a África, a influência da China não é fonte de preocupação ou perigo. Os países africanos estão felizes por assistir ao despertar da China”⁴⁸.

Também Hosni Mubarak, então presidente do Egito, manifestou seu entusiasmo: “*para mim, visitar a China é como estar em casa. O Egito vê a China mais como uma irmã do que uma nação amiga comum*”. Por seu turno, Kufour, Presidente de Gana, assim se pronunciou: “*com ricos recursos, vasto mercado potencial, tecnologia e capital, África e China podem estabelecer cooperação com ganhos para as duas*”⁴⁹. Finalmente, Mosisili, Primeiro-Ministro do Lesoto, afirmou:

“O Lesoto está convencido de que o FOCAC é mais importante como um mecanismo prático para um diálogo político regular e de alto nível, bem como para consultoria sobre cooperação nos âmbitos social, econômico, cultural, científico, tecnológico, comercial e para investimentos”⁵⁰.

Contudo, é preciso ressaltar que o estreitamento dos laços financeiros e comerciais com a China não tem evitado o aparecimento de tensões sociais e políticas nos países africanos, as quais se manifestam de várias formas e por diversos motivos. Nesse sentido, um aspecto que deve se salientado é o fato de que a entrada maciça de produtos baratos chineses tem provocado prejuízos para indústrias têxteis e manufaturas de baixa tecnologia africanas, que não conseguem enfrentar a concorrência. Do mesmo modo, há atritos relacionados à disputa por mercados com redes de lojas retalhistas chinesas e, por outro lado, à prática de

⁴⁶ Apud VAN DE LOOY, Judith, 2006, op. cit., p. 6 (tradução nossa – MGM).

⁴⁷ Apud KING, Kenneth. *Aid within the wider China-Africa partnership: a view from Beijing Summit*, p. 4 (disponível em: <http://www.hku.edu/cerc/KK-article/4.China-Africa%oPartnership.King.2006d.pdf> – acesso em: 10/10/2009) – tradução nossa - MGM.

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, p. 5.

empresas chinesas de trazerem seus próprios trabalhadores para a realização dos projetos contratados. O resultado tem sido o surgimento de protestos por todo o continente, alguns deles extremamente violentos.

Bibliografia:

1. ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas (nota técnica). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/notastecnicas22.pdf> - acesso em 9/10/2009).
2. ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*. nº 10, fev/2007.
3. ANSHAN, Li. China ad Africa: policy and challenges. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007.
4. BOSSHARD, Peter. China's environmental footprint in Africa. *Working Papers in African Studies* (disponível em: <http://www.sais-jhu.edu/academics/regional-studies/africa.pdf/BosshardWorkingPaper.pdf> - acesso em 10/10/2009).
5. DOWNS, Erica S. The fact and fiction of sino-african energy relations. *China Security*. v. 3, nº 3, verão/2007.
6. HONG-MING, Zhang. *A política chinesa na África* (disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/china/10.rtf> - acesso em 9/10/2009).
7. KING, Kenneth. *Aid within the wider China-Africa partnership: a view from Beijing Summit* (disponível em: <http://www.hku.edu/cerc/KK-article/4.China-Africa%Partnerrship.King.2006d.pdf> - acesso em 10/10/2009).
8. MOSS, Todd; ROSE, Sarah. *China Exlm Bank and Africa: new lending, new challenges*. Center for Global Development: Washington, D.C., Nov/2006 (disponível em: <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/DOC22802.pdf> - acesso em 10/10/2009).
9. NIQUET, Valérie. *China's african strategy* (disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet.ANG.pdf> - acesso em 10/10/2009).
10. OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política africana da China* (disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf> - acesso em 9/10/2009).

11. TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*. v. 82, nº 5, 2006, pp. 937-959.
12. VAN DE LOOY, Judith. Africa and China: a strategic partnership? *African Studies Center*. Leiden, 2006 (disponível em: <http://www.africanstudies.nl/Pdf/wp67.pdf> - acesso em 10/10/2009).